

Emancipações políticas e os processos de escolarização na Baixada Fluminense (1943-1959)

*Amália Dias**

*Angélica de Sá de Oliveira Bauer Rodrigues***

Resumo

Apresentamos parte do resultado de pesquisa sobre o processo de institucionalização dos regimes municipais de educação na Baixada Fluminense, no pós-emancipação de Duque de Caxias (1943), Nilópolis (1947) e São João de Meriti (1947). Pensamos as mediações entre educação e sociedade a partir do programa de pesquisa acerca dos processos de escolarização (Faria Filho e Bertucci, 2009), de modo a identificar os modos pelos quais as agências da sociedade política e da sociedade civil participaram do processo de instituição das redes escolares nos municípios. A seleção de fontes incidiu sobre a investigação na imprensa local e em relatórios, livros de memórias e estatísticas. A partir do estudo das emancipações e da análise documental, encontramos indícios sobre a organização do ensino e a atuação do poder público municipal, de modo que a reflexão sobre a história local incide sobre a análise da história da educação.

Palavras-chave: Município; História; Educação escolar.

* Professora Adjunta de História da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas (PPG/ECC) da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (UERJ)- Duque de Caxias. Coordenadora do Grupo Estudos de História da Educação Local (EHELO).

** Licenciada em Pedagogia, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas (PPG/ECC) da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (UERJ) - Duque de Caxias. Bolsista FAPERJ.

Political emancipations and schooling processes in Baixada Fluminense (1943 – 1959)

Abstract

We herein present the outcome of a research about the institutionalization of municipal education regimes in Baixada Fluminense during its post-emancipation (1943), as well as in Nilópolis (1947) and in São João de Meriti (1947). We have thought about the mediations between education and society based on the research program on the schooling process (Faria Filho and Bertucce, 2009) in order to identify the modes through which the political and civil society agencies have participated in the education network institutionalization process in these counties. The methodological contour focused on the local press and reports, memoir books and statistical data. We could find traces of the teaching organization and of the actions taken by the local public power based on emancipation studies and on documental research, so that the reasoning about the local history would reflect on the analysis applied to the history of education itself.

Keywords: County; History; School education.

Emancipaciones políticas y_ los procesos de escolarización en la Baixada Fluminense (1943-1959)

Resumen

Presentamos resultado de investigación sobre el proceso de institucionalización de los regímenes municipales de educación en la Baixada Fluminense, tras La emancipación de Duque de Caxias (1943), Nilópolis (1947) y São João de Meriti (1947). Pensamos las mediaciones entre educación y sociedad a partir del programa de investigación sobre los procesos de escolarización (Faria Filho y Bertucce, 2009), para identificar los modos por los cuales las agencias de la sociedad política y de la sociedad civil participaron del proceso de institución de las redes escolares en los municipios. El recorte metodológico incidió sobre la prensa local e informes, libros de memorias y estadísticas. A partir del estudio de las emancipaciones y de la investigación documental, encontramos indicios sobre la organización de la enseñanza y la actuación del poder público municipal, de manera que la reflexión sobre la historia local incide sobre el análisis de la historia de la educación.

Palabras Clave: Municipio; Historia; Educación escolar



1. Introdução

Os conceitos de Baixada Fluminense e seus limites geopolíticos são variados. O que alguns autores chamam de “Grande Iguçu”, outros nomeiam como “Baixada Política”, ou “Baixada Histórica”, “Baixada Ampliada” e “Baixada Núcleo” (SIMÕES, 2011). Nesse emaranhado de conceitos e de delimitações que ora incluem, ora, excluem, Simões (2011, p.15), destaca que:

Os municípios de Nova Iguaçu e Duque de Caxias são apontados, com unanimidade, como núcleos, desta região, assim, como não há questionamentos sobre a inclusão de seus ‘satélites’ imediatos, como Belford Roxo, São João de Meriti, Nilópolis, Mesquita, Queimados e Japeri, que são incluídos como parte da Baixada Fluminense por todos os autores. (SIMÕES 2011,p.15).

Nosso trabalho pretende analisar quais foram as iniciativas no campo da educação escolar a partir das emancipações dos municípios de Duque de Caxias (1943), Nilópolis (1947) e São João de Meriti (1947), com ênfase em mapear a rede de escolas existentes e investigar as ações das novas prefeituras e câmaras municipais em matéria educacional.

Esses municípios tem como origem comum o município de Iguaçu. O estudo dos processos de institucionalização da rede de escolas em Iguaçu, para o período de 1916-1950 (DIAS, 2014) demonstra a participação do poder público municipal e estadual atuando na criação de escolas primárias, além de participarem também na subvenção de escolas particulares. A análise da distribuição de escolas pelo imenso território que compunha Iguaçu demonstra uma distribuição desigual entre os distritos. Assim, o distrito-sede, Nova Iguaçu, na comparação com os demais distritos, abrigava maior número de escolas em seu território, assim como as áreas mais urbanizadas recebiam mais escolas. A legislação educacional do período sustentava essa divisão, quando observamos que também considerava critérios sobre o território e índice populacional para definir os tipos de escolas e graus de ensino ofertados.

A partir do conhecimento sobre os processos de escolarização em Iguaçu e de novas fontes identificadas sobre os 3 municípios, adotamos o referencial teórico sobre programa de pesquisa sobre os processos de escolarização proposto por Faria Filho e Bertucci (2009). Este referencial teórico e metodológico recomenda investigar o desenvolvimento quantitativo da rede de escolas e as funções sociais que a escola exerce intra e extra-muros, na sua relação com a população e o território. Assim, o referencial teórico de investigação adotado fecundou a metodologia, que procurou fontes de informação sobre a emergência dos tipos de escolas, agências e agentes responsáveis, legislação, etc.

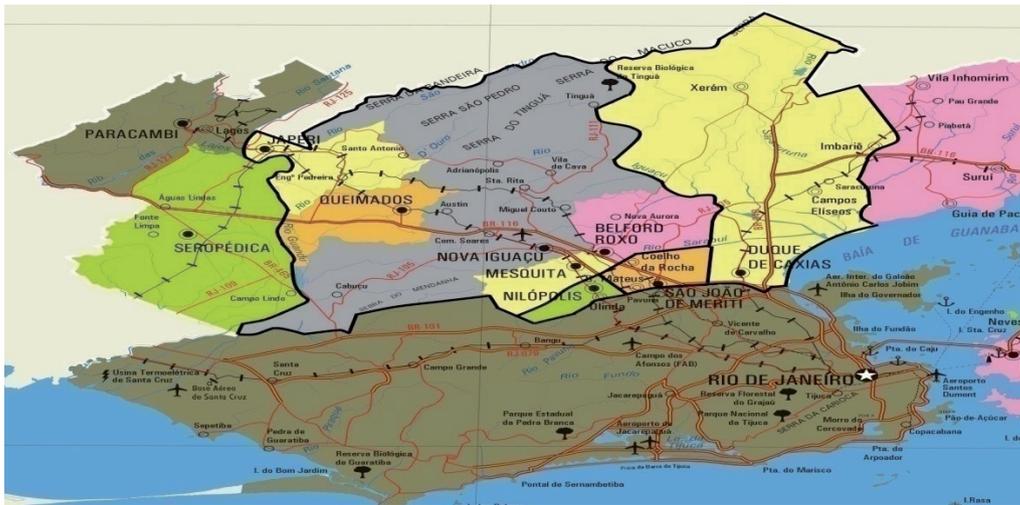
Na primeira parte do artigo, a partir da bibliografia e da pesquisa no jornal iguassuano *Correio da Lavoura*, explicamos os processos de emancipação política. Em seguida apresentamos o destaque que foi atribuído para a administração municipal destas cidades no panorama do contexto da educação escolar estadual. Nas seções seguintes, sintetizamos, comparamos e analisamos para cada município, as informações sobre a situação do ensino escolar, buscando evidenciar o processo pelo qual a escolarização vai tornando-se constituinte da organização da vida social.



2. A madrastra e suas enteadas: os processos de emancipação política

A pesquisa sobre a organização dos sistemas municipais de ensino precisa conhecer os processos de emancipação. No mapa a seguir observamos a configuração atual dos municípios e, na linha em negrito, os contornos dos municípios de Iguazu, Duque de Caxias, São João de Meriti e Nilópolis.

Figura 1. Mapa dos atuais municípios da Baixada Fluminense e dos limites dos municípios



Os traços em negrito indicam os limites dos municípios de Nova Iguaçu, Duque de Caxias e São João de Meriti após a emancipação.

Os atuais municípios da Baixada Fluminense.

Fonte: Produzido e cedido pelo geógrafo e professor Manoel Ricardo Simões.

A emancipação de um distrito não é simplesmente ter sua sede elevada à categoria de cidade e não ocorre somente no momento em que o decreto-lei é assinado. É um processo que se dá anteriormente a essas questões legais e que também as extrapola. Pois, como podemos ver em Simões (2007), algumas emancipações tiveram seus processos iniciados muito antes da emancipação propriamente dita e, mesmo depois de emancipados, os novos municípios demoraram a conquistar sua autonomia.

Nos anos de 1940, enquanto em Iguazu a citricultura mobilizou setores dominantes ligados ao ruralismo (DIAS, 2014), em Meriti, Nilópolis e São João de Meriti, as obras de saneamento foram apropriadas para fins urbanos, para os loteamentos, delineando então, nessas localidades, elites ligadas a interesses distintos da sede Iguazu, “se incorporando a uma lógica de acumulação nitidamente urbana” (SIMÕES, 2007, p.154). Simões entende que os grupos locais dos distritos em processo de urbanização fizeram oposição aos grupos dirigentes de Nova Iguaçu, ligados à citricultura.

Segundo Simões, os motivos que levaram a emancipação de Duque de Caxias em 1953, por meio do decreto estadual 1055, ainda são objeto de discussão (SIMÕES, 2007, p.153). “Merity”, estação ferroviária, era o núcleo original de Meriti. O processo de “afirmação do poder local das novas elites de Caxias” é revelado pelo episódio da troca da placa do nome da estação, em 1930, de Meriti para Caxias.

Em 1931, Manoel Reis, político iguaçuano, propõe ao interventor federal no Estado a redivisão do município de Iguaçu, com a criação do distrito de Duque de Caxias: “desmembrando Meriti da Vila Meriti, atual São João, criando o oitavo distrito, chamado de Duque de Caxias e com sede no entorno da estação ferroviária de Meriti: “Essa nova divisão política criou um novo eixo de poder transferindo-o da Vila Meriti para Caxias, consolidando o que a mudança do traçado da Rio-Petrópolis havia iniciado” (SIMÕES, 2007, p.155). O desenvolvimento econômico promovido pela nova estrada “fez surgir novos moradores abastados e se formaram novos grupos de interesse que buscaram se agrupar em busca de reconhecimento enquanto lideranças locais” (SIMÕES, 2007, p.155). Assim surge em 1933 a UPC, União Popular Caxiense, que criou um núcleo político e de organização da sociedade civil no qual se estabeleceu a luta pela emancipação. Em 1940 membros da UPC participaram da elaboração de um Manifesto pró Divisão do município de Nova Iguaçu.

Em relação ao processo de emancipação dos distritos, entendemos, a partir das fontes, que Nova Iguaçu era “mal vista” por seus distritos, devido ao argumento de que não dividia adequadamente a arrecadação municipal. Nova Iguaçu era condenada como uma “madrasta” pelo “Manifesto” de 25 de julho de 1940, encaminhado ao governador Amaral Peixoto:

Nova Iguassú no actual momento, não corresponde por sua topographia, às reaes necessidades de sua população. Densa massa demographica, dividida em districtos, que por seu valor e progresso valem por verdadeiros municípios, disso resulta se transformar o Município em sua actual organização, em madrastra, de todos recebendo, à alguns tudo dando, a outros menos que merecem, e aos últimos nada fornecendo, ou melhor, o que é peor, tudo lhes negando (MANIFESTO DE 25 de JULHO de 1940,p.55).

No Manifesto há, ainda, a solicitação de que o novo município que viesse a ser criado pela divisão de Nova Iguaçu se denominasse “Merity” e que, com a separação, o território em questão passaria a ter direitos de acordo com o que produzisse e merecesse (MANIFESTO DE 25 de JULHO de 1940, p.56).

Contudo, houve reação contrária ao Manifesto pelo interventor estadual, Amaral Peixoto, acarretando na prisão de alguns signatários, com instalação de inquérito no Tribunal de Segurança Nacional (SIMÕES, 2007, p.157). O que estava em disputa era a correlação de forças entre grupos locais e o poder estadual na definição dos processos de divisão territorial. Cabe lembrar que, durante o Estado Novo, em 1938 e em 1941, foram adotadas medidas que afirmavam o governo federal como responsável pela redefinição dos territórios em unidades municipais e distritais ou, ainda, que as medidas estaduais estavam subordinadas a aprovação do governo central (SIMÕES, 2007, p.151).

Em 1943, a instalação da Fábrica Nacional de Motores em Xerém ampliava a dinâmica de valorização de Meriti como um núcleo mais próximo das transformações em curso naquela parte do então território iguaçuano, do que a afastada sede municipal – Nova Iguaçu. Nessa perspectiva, o decreto lei 1055 de 31/12/1943, além de criar o município de Duque de Caxias, anexava ao seu território os distritos de Meriti, Imbariê, parte de Belford Roxo e Xerém. A afirmação do poder estadual sobre esse processo se observa também pela



indicação por Amaral Peixoto dos delegados, juízes e prefeitos (houve nove interventores, entre 1944 a 1947), que iriam atuar no novo município (SIMÕES, 2007, p.159).

A Vila Meriti, que originou o município de São João de Meriti, já havia perdido expressão política quando a localidade de Meriti foi desmembrada e elevada a distrito. Simões analisa que o grupo local de Meriti, formado por migrantes estrangeiros e nordestinos, era caudatária do movimento político do distrito-sede, sem, contudo, receber melhorias locais em função das alianças mantidas.

Com a emancipação de Caxias, Vila Meriti se tornou distrito do novo município, mas continuou sem atenção dos novos grupos dominantes, ainda que pessoas de Vila Meriti tivessem participado do Manifesto pró-emancipação de 1940: “diante da reversão das expectativas e a consciência de que São João continuaria relegado a um segundo plano, reativou-se o movimento pela emancipação” (SIMÕES, 2007, p.161). Foi criada em 1945 a Associação de Amigos do 2º Distrito, que tinha também como membros antigos signatários de 1940. Esse grupo iniciou oposição ao governo municipal de Duque de Caxias e se mobilizou, em aliança com o grupo do distrito de Nilópolis, para viabilizar a emancipação por meio da Assembleia Constituinte, pós fim do regime estadonovista (SIMÕES, 2007, p.162).

Nilópolis corresponde a localidade que era chamada de Engenheiro Neiva, mas que teve o nome trocado em 1918, após a visita de Nilo Peçanha à região, convidado por um dos principais loteadores da região, coronel Júlio de Abreu. Essa mudança repercutiu no nome da estação ferroviária e na criação do novo distrito de Nilópolis, em 1921 (sendo desmembrado do distrito de São Matheus).

Assim, foi por meio de projeto de lei criado pelo deputado estadual Lucas de Andrade Figueira (que havia sido vereador em Iguazu com os votos de Nilópolis e com o apoio de Getúlio de Moura) que, em 1947, foram criados 2 novos municípios: Nilópolis e São João de Meriti (SIMÕES, 2007, p.162). Após a emancipação, Figueira iria influenciar a política local, elegendo João Moraes Cardoso como prefeito de Nilópolis.

Em 1943, o Correio da Lavoura, jornal local do distrito-sede, fazia menção a futuros desmembramentos de Nova Iguazu, cuja finalidade seria “o Governo do Município dar maior assistência pessoal aos diversos Distritos, e auscultar mais de perto as necessidades dos mesmos, podendo então providenciar a solução de seus problemas mais urgentes” (NILOPOLIS PRESTOU EXCESSIVA HOMENAGEM AO SR.PREFEITO MUNICIPAL, 1943, p.1). Vale lembrar que a falta de assistência dada por Nova Iguazu aos distritos era o argumento utilizado para incentivar as emancipações.

Em 1º de janeiro de 1944 foi realizada a instalação da sede do Município de Duque de Caxias, que, segundo o semanário, derivou-se “por força da nova divisão administrativa do país” (MUNICIPIO DE DUQUE DE CAXIAS,1944, p.3). Ainda sobre a emancipação, ponderava o Correio da Lavoura em 1944:

Com a constituição desse Município, perdeu o de Nova Iguassú os antigos distritos de Caxias, Meriti, Estrela e parte do de Belford Roxo.Com a nova divisão territorial do Estado do Rio, perdeu também o Município de Nova Iguassú parte do antigo distrito de Bonfim, correspondente á área situada na vertente do rio Santana, que lhe pertencia, e ganhou a localidade de Belém (REALIZAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL NO PRIMEIRO ANO DE SUA NOVA ADMINISTRAÇÃO, 1944, p.1-2).



Ainda nesta matéria é destacado o fato de que as finanças de Nova Iguaçu nada sofreram com a falta de arrecadação de Duque de Caxias e que muito pelo contrário teria havido “um < superávit > de arrecadação sobre a previsão acumulada de Cr\$ 90.671,50, sem estar aí computada a arrecadação de Belém, que somente agora será iniciada pela Prefeitura.” (REALIZAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL NO PRIMEIRO ANO DE SUA NOVA ADMINISTRAÇÃO, 1944, p.1-2). Assim, analisamos que o Correio da Lavoura preferiu não dar visibilidade aos conflitos e disputas de poder locais pertinentes às emancipações.

Em matéria redigida pelo dirigente do jornal, Luiz de Azeredo, em 1946, o então prefeito de Duque de Caxias, dr. Heitor Gurgel, era visto como um “prefeito democrata”, sendo enaltecido por ter participado de “assembléia popular para dar conta dos seus atos”. Na ocasião, após ter ouvido “vários operários”, o prefeito “deu-lhes respostas precisas e satisfatórias, como as referentes ao aumento das escolas públicas e à instalação imediata de um consultório médico” (UM PREFEITO DEMOCRATA, 1945, p.2).

O impacto negativo do desmembramento de Duque de Caxias só foi apontado em 1947, onde Luiz de Azeredo afirmava que a emancipação de Duque de Caxias teria feito Nova Iguaçu perder receitas, contrariando o que o mesmo jornal afirmava em 1944:

...de um momento para outro, baixou a receita municipal para 4 milhões e pouco de cruzeiros e reduziu a população em quase 50%. Tal foi o abalo sofrido pelo Município, que se desdobrava em atividades produtivas, que até hoje, passados três exercícios, ainda não recuperou sua antiga posição quanto à renda e muito menos quanto ao número de habitantes (SÔBRE A CRIAÇÃO DE NOVOS MUNICIPIOS, 1947, p.1).

Ainda nesta matéria Azeredo acrescenta que “se organiza outro movimento para mutilar o Município de Nova Iguaçu”, que seria a futura emancipação de Nilópolis. Sob a ótica do Jornal, a intenção não era vista como algo que fosse dar certo: “Mas, Nilópolis, com seus 13 Km², não tem zona rural e, por conseguinte, não poderá expandir-se muito e viver dos seus próprios recursos sendo-lhe bastante difícil, pelos encargos que terá como Município, empregar 30% de sua renda em obras públicas” (SÔBRE A CRIAÇÃO DE NOVOS MUNICIPIOS, 1947, p.1).

Assim, diferentemente do posicionamento inicial do Jornal sobre Duque de Caxias, ao referir-se a emancipação de Nilópolis, o jornalista Luiz de Azeredo já pedia mais cautela, argumentando que a emancipação deveria ocorrer “a seu tempo, depois de estudos que assegurem o êxito de sua autonomia”. Obviamente por já prever que o desmembramento de Nilópolis causaria mais um “rombo” na arrecadação de Nova Iguaçu, haja vista que este era “o segundo distrito mais importante” (SÔBRE A CRIAÇÃO DE NOVOS MUNICIPIOS, 1947, p.1).

Tanto a instalação da prefeitura de Nilópolis quanto a eleição de primeiro prefeito obtiveram destaque no Correio da Lavoura (SOLENE INSTALAÇÃO DA PREFEITURA DE NILOPOLIS, 1947, p.2). Sobre a emancipação de São João de Meriti não localizamos nenhuma menção no Correio da Lavoura.

Com os desmembramentos que foram sendo feitos, o sonho de Nova Iguaçu tornar-se a “sala de visitas da Cidade Maravilhosa”, esvaía-se, uma vez que, “perdia-se” os dis-



tritos, e juntos com eles, diminuía o tamanho do território, o número da população, a arrecadação. O Jornal do distrito-sede do município de Iguazu avaliava que a “situação política não está pesando tanto como dantes na balança estadual, simplesmente porque deram para nos roubar no peso...” (AZEREDO, Várias, 1947, p.1). Assim as emancipações teriam resultado na seguinte divisão territorial entre os antigos distritos de Iguazu, agora municípios emancipados:

Figura 2 Tabela 1 Divisão distrital, Área e População (1948-1957).

Município (1948)	Área km ² (1945)	Divisão distrital (1948)	População (1955)	Área km ² (1955)	Divisão distrital (1957)
Nova Iguaçu	769	Nova Iguaçu Queimados Cava Belford Roxo	162.695	753 km ²	Nova Iguaçu Belford Roxo Cava Queimados Japeri Mesquita
Duque Caxias	464	Duque Caxias Imbariê	130.000	464	Duque de Caxias Campos Elyseos Imbariê Xerém
São João de Meriti	33	S. João de Meriti S. Mateus Coelho da Rocha	85.410	36	São João de Meriti São Mateus Coelho da Rocha
Nilópolis	9	Nilópolis Olinda	51.837	21	Nilópolis Olinda

Fonte: Elaborado a partir de IBGE, 1948, p.115-157; p.232; IBGE,1959;

3. A administração municipal e educação

Uma das fontes primárias de informação para a história da educação local destes municípios da Baixada Fluminense, no período em análise, é o relatório de Jaime Abreu, encomendado pela Campanha de Inquéritos e Levantamentos do Ensino Médio e Elementar (CILEME), do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP). É um diagnóstico sobre o sistema educacional fluminense entre as décadas de 1930 e 1950, com ênfase na análise do entrosamento entre administração municipal e estadual (ABREU, 1955, p. 12).

Jaime Abreu avaliava que os recursos financeiros eram um aspecto importante para a análise da ação dos municípios em matéria educacional. Porém, para o caso fluminense, também ressaltava que foi muito importante o Convênio Estadual do Ensino Primário, de 1943, “verdadeira camisa de força impingida pelo Estado às prefeituras” (ABREU, 1955, p. 141). A medida centralizadora restringiu as iniciativas dos municípios, com consequências importantes para o sistema de ensino no Estado, porque os municípios foram proibidos de criar escolas, subvencionar ou prover as que ficassem vagas (ABREU, 1955, p. 141).

Pelo relatório de Rubens Falcão, que foi chefe de gabinete e depois diretor do Departamento de Educação entre 1938-1945, nota-se que havia uma descrença por parte do Estado em acreditar que os municípios seriam capazes de administrar o ensino primário, daí, a “necessidade” da instauração de um convênio entre Estados e municípios:

Os municípios não podem desempenhar-se satisfatoriamente da função de educar. O que por aí se fornece com esse rótulo- salvo exceções- está abaixo da crítica... O

município com autonomia educacional!... Parece que não existe ilusão mais perigosa do que essa (FALCÃO, 1946, p.27).

O resultado dessa política educacional do Estado Novo (1937-1945) foi o “desmantelamento dos órgãos municipais de educação”, enquanto o Estado não conseguiu levar a cabo sua ação centralizadora de prover o ensino primário (ABREU, 1955, p. 144).

A situação só passou a ser modificada com a Constituição Federal de 1946 e com a Constituição Estadual de 1947, pois os poderes executivo e legislativo foram reconfigurados nos municípios, de modo que as municipalidades retomaram ações na educação, “existindo algumas em que esse esforço é digno mesmo de referência”, como os casos de “Campos, Petrópolis, *Nova Iguaçu*, *Nilópolis*, seguindo-se *São João de Meriti*, Nova Friburgo, São Gonçalo” (ABREU, 1955, p. 145, grifo nosso).

Quanto a organização do ensino nos municípios, o estudo de Jaime Abreu observava variações entre as estruturas municipais. Porém, na maioria dos casos, eram “deficientes e frágeis os organismos administrativos municipais de educação”, sendo precárias as condições de organização do ensino municipal:

são arremedos de escola, sem mobiliário próprio, funcionando em salas de casas particulares, em geral da própria regente, que procura ensinar o pouquíssimo que sabe, não passando, muitas vezes do nível da segunda série, sem nenhum programa, recebendo a professora, (que é escolhida, muita vez, por influência política ou afetiva), não vencimentos, mas simples subvenção mensal (ABREU, 1955, p. 145).

Contudo, as prefeituras mantinham o serviço regular de inspeção do ensino municipal e em algumas havia bastante organização neste serviço (ABREU, 1955, p. 146), ainda que fossem raros os casos de ação conjugada entre as prefeituras e o serviço de inspeção estadual. Apenas algumas prefeituras possuíam regulamento e programas próprios, sendo mais comum que as prefeituras acompanhassem os programas de ensino e de avaliação elaborados pelo poder estadual (ABREU, 1955, p. 146).

Do relato feito até aqui, concluiu-se que, na generalidade, são de fraca consistência e pequena amplitude os sistemas, ou para ser mais exato, as administrações municipais de educação, podendo, todavia, notar-se por parte de algumas municipalidades, nítido esforço de organização e expansão em nada inferior ao Estado, se tivermos em conta a área territorial e a arrecadação, como são os casos de Campos, *Duque de Caxias*, *Nilópolis*, Nova Friburgo, *Nova Iguaçu*, Petrópolis, São Gonçalo e *São João de Meriti* (ABREU, 1955, p. 147, grifos nosso).

“Raras municipalidades” apresentavam, nos anos de 1940 e 1950, estrutura administrativa mais ampla em matéria educacional, sendo destacado, para os municípios ora em análise, os casos de Nova Iguaçu, que mantinha os “Serviços Auxiliares da educação pública” onde o inspetor do ensino era o chefe, tendo como auxiliares um escriturário um auxiliar de inspeção e um servente; Funcionava em Nilópolis uma “Inspetoria de Ensino Municipal” subordinada ao prefeito, onde estavam lotados um inspetor e uma orientadora, enquanto em São João de Meriti havia “Diretoria de



Ensino Municipal” , na qual servia apenas o inspetor (ABREU, 1955, p. 146). Nova Iguaçu e Nilópolis ofereciam serviço social escolar. Nova Iguaçu possuía enfermeira e em Nilópolis funcionava assistência médica e dentária aos alunos (ABREU, 1955, p. 146). Assim, mesmo com os efeitos impeditivos do Convênio de 1943, os municípios estudados recebiam destaques em matéria de organização das suas redes de ensino primário na análise de Jaime Abreu.

Ao apresentar a “situação do município na rede educacional fluminense”, temos os seguintes dados sobre o ensino de nível elementar em 1953: Nova Iguaçu abrigava 45 escolas municipais e 18 estaduais; São João de Meriti, 32 escolas municipais e 12 estaduais; Duque de Caxias, 18 escolas municipais e 07 estaduais. Nilópolis contava com 08 escolas municipais e 06 estaduais (ABREU, 1955, p. 147). Interessante notar que esses municípios possuem mais escolas municipais do que estaduais. Os números de matrícula apresentados por Jaime Abreu também revelam que Nova Iguaçu, Duque de Caxias e São João de Meriti “atendem maior população escolar que o Estado, na mesma área”, assim como são quase equivalentes as matrículas em escolas estaduais e municipais em Nilópolis (ABREU, 1955, p. 148).

Porém, segundo Abreu, “estas unidades escolares municipais se distribuem mais pela zona rural, sucedendo o inverso com o Estado que atende mais à zona urbana, onde mantêm grandes unidades – os grupos escolares, que acolhem maior população escolar” (ABREU, 1955, p. 148). Ao observarmos a distribuição das matrículas pelas séries do ensino primário em 1953, atesta-se o mesmo resultado encontrado em pesquisa anterior nos mapas de frequência do Departamento de educação para o período de 1929-1950 nessa região (DIAS, 2014). Ou seja, é o maior número de matrículas na primeira série do ensino, havendo grande contraste em número reduzido de matrículas nas séries finais do ensino primário (ABREU, 1955, p. 148).

Abreu também destacava que os municípios de Nova Iguaçu, Duque de Caxias e São João de Meriti remuneravam o professorado melhor do que o previsto na tabela dos professores estaduais (ABREU, 1955, p.148;150). Sobre os índices de gastos municipais com educação, Abreu informa que em 1952, Duque de Caxias aplicou 9,2% de sua arrecadação, Nilópolis, 10,8%, Nova Iguaçu, 12,5%, São João de Meriti, 38,1% (sic), sendo que, para efeito de comparação, ressalta-se que apenas nove municípios ultrapassaram a taxa de 10% com o aparelho educacional (ABREU, 1955, p.151).

Sobre a situação do ensino médio no estado do Rio de Janeiro, cabe lembrar que, pela legislação em vigor na época, não era atribuição dos municípios ofertar este ramo de ensino, nem sobre ele legislar. Contudo, é possível conhecer os números sobre este ramo de ensino de modo a ver um panorama das oportunidades educacionais existentes nos municípios estudados.

No estudo de Jaime Abreu, em relação ao ensino médio, a Zona da Baixada da Guanabara (onde se incluem os municípios aqui estudados), se caracterizava por “a ser a grande área do ensino médio fluminense”. Ainda que a imensa maioria dos estabelecimentos se concentrasse na capital Niterói, a região reunia 40% dos estabelecimentos existentes no estado (ABREU, 1955, p. 317). A principal oferta era dada pelo setor privado com escolas de ensino secundário, ramo do ensino médio mais procurado.



Em 1953, enquanto em Niterói havia 18 escolas secundárias, nas quais havia 11 cursos de colégio¹, Nova Iguaçu sediava 5 escolas secundárias, nas quais havia 2 cursos de colégio; Duque de Caxias possuía 4 escolas secundárias, nas quais havia 1 curso de colégio; e Nilópolis e São João de Meriti contavam, cada um, com 2 escolas secundárias (ABREU, 1955, p. 318). Cabe destacar que em Duque de Caxias, em 1956, por meio da portaria ministerial n.961, o diretor do Ensino Secundário do Ministério da Educação e Cultura autorizou a escola primária Expedicionário Aquino de Araújo (fundada em 1945), a funcionar também como Ginásio Municipal Expedicionário Aquino de Araújo, revelando a inserção da prefeitura municipal na oferta deste ramo de ensino (SOARES, 2008, p.19-20).

Sobre as matrículas, em 1953, foram registradas 8.342 na capital, 1.251 em Nova Iguaçu, 774 em Duque de Caxias, 508 em Nilópolis e 336 matrículas em São João de Meriti. No *ranking* de matrículas apresentado entre os dez municípios dessa região, Nova Iguaçu ocupava o terceiro lugar, seguido de Duque de Caxias, Nilópolis e São João de Meriti (ABREU, 1955, p. 318).

Quanto ao ramo do ensino comercial (ABREU, 1955, p. 319), a capital abrigava 8 cursos com 1.324 alunos; Nova Iguaçu: 2 cursos com 142 alunos; Nilópolis: – 1 curso com 388 alunos; São João de Meriti: 1 curso com 44 alunos. Não foram fornecidas informações sobre cursos comerciais em Duque de Caxias. As informações sobre o curso normal são apresentadas apenas sobre Nova Iguaçu, que tinha 1 curso Normal, para formação de professores, com 13 matrículas (ABREU, 1955, p. 319). Porém, outras fontes revelam a existência de cursos normais nos outros municípios, como a Escola Normal Anexa ao Ginásio Santo Antônio, como o curso normal fundado em Duque de Caxias em 1954 (LUSTOSA, 1958, p.136).

Os dados analisados permitem Abreu afirmar que “a rede escolar de ensino médio dessa zona, sendo a mais diversificada e ampla do Estado, é desigual em seus aspectos e no seu funcionamento” (1955, p. 320). São ressaltadas também as “diferenças sensíveis de prédios, de equipamentos, de professorado” (ABREU, 1955, p. 320). Após esse panorama da situação do ensino primário e médio nos municípios, que atesta a participação comparativamente relevante das prefeituras, apresentamos a seguir alguns dados mais específicos por município, comparando os dados do relatório de Jaime Abreu com outras fontes pesquisadas.

4. A institucionalização da rede de escolas em Duque de Caxias

Faria Filho e Bertucci (2009) defendem que o estudo dos processos de escolarização implica conhecer os processos e políticas concernentes a organização de uma rede de instituições de ensino e as funções sociais exercidas pela escola, de modo a captarmos o “ato ou efeito de tornar escolar, ou seja, o processo de submetimento de pessoas, conhecimentos, sensibilidades e valores aos imperativos escolares” (FARIA FILHO, BER-

¹ O ensino secundário era organizado em dois ciclos, o ginasial e o colegial. Assim, uma escola secundária poderia oferecer apenas o primeiro ciclo, e não ter o segundo, que era o mais prestigiado, o colegial. O ensino secundário era um dos ramos do ensino médio, que também contava com os cursos comercial, normal, industrial, agrícola e de pesca, segundo a legislação do Estado Novo (1937-1945).



TUCCI, 2009, p.15). Nesse sentido, buscar conhecer a criação e os tipos de escolas revela o movimento de produção desse modo de socialização e as dificuldades experimentadas entre oferta e demanda.

Segundo dados do IBGE, na década de 1950, a população de Duque de Caxias era majoritariamente urbana, sendo a indústria “a principal base econômica do município”. (IBGE, 1959, p.256-257). Em 1946, “apesar de Caxias já contar com uma população de 90 mil habitantes, os números de eleitores não chegavam a 11 mil(...)” isso devido ao “alto índice de analfabetismo” na cidade (SOUZA, 2003). A “maioria das escolas públicas foi instalada em residências ou prédios alugados, sem a menor infraestrutura” e “professores eram indicados pelo governo municipal e estadual” (SOUZA, 2003, p.45).

Dados do censo de 1950 revelam que 58,6% da população com 5 anos ou mais, recenseada, sabia ler e escrever (25.156 homens e 19.890 mulheres) (IBGE, 1959, p.258). Entre as 20.152 crianças de 5 a 14 anos, apenas 7.761 sabiam ler e escrever (SOUZA, 2003, p.45). Em 1957, por exemplo, “havia 10 mil crianças em idade escolar fora da escola” (SOUZA, 2003, p.44). Almeida e Braz (2010) revelam que em 1958, após 15 anos da emancipação, a cidade de Duque de Caxias, apesar de já conseguir colocar na “escola” 15 mil crianças, ainda necessitava de uma estrutura que desse conta de um maior atendimento. No que tange a formação dos educadores, o município não conseguia dar conta da necessidade.

Em Duque de Caxias, no final da década de 1950, o quantitativo de escolas era de “135 escolas divididas entre municipais, estaduais e particulares” sendo estas últimas 101 no total, mas, mesmo assim “não conseguia atender a demanda” (ALMEIDA & BRAZ, 2010, p.72)

Nesta direção analisamos os dados apresentados por José Lustosa (1958) no livro que produziu sob encomenda, do prefeito, por ocasião da comemoração do 15º aniversário da criação do município de Duque de Caxias. Apesar de Lustosa destacar que utilizou “arquivos, bibliotecas, repositórios” e contou com a “colaboração de muitos”, não é possível identificá-los no decorrer da obra. Esse tipo de escrita e de fazer história está associado ao grupo dos memorialistas (ENNE, 2003), que tem como características marcantes em seus escritos um compromisso com uma narrativa ufanista.

O livro oferece dados acerca das escolas existentes em Duque de Caxias. No subtítulo “Progresso do Ensino em Merity”, o autor atribuiu o desenvolvimento da instrução local a Armada Álvaro Alberto, “pioneira do perfeito ensino”, por suas ações na criação da Escola Regional de Meriti (LUSTOSA, 1958, p. 123-124). No entanto, assume o autor que seria ainda insuficiente o quantitativo de escolas na cidade face ao desenvolvimento populacional. Lustosa lamentava confessar que “estamos alheios ao conhecimento das letras, das artes e das ciências, sobretudo no que toca ao ensino municipal” (LUSTOSA, 1958, p. 125). A razão não era “por culpa dos professores”, mas pela desproporção entre o financiamento da educação e o contingente populacional escolarizável (LUSTOSA, 1958, p. 125).

A educação primária, na avaliação do autor, “está ainda muito atrasada, em virtude das poucas verbas que se destinam para o Ensino” (LUSTOSA, 1958, p. 125). Em 1958, a prefeitura de Duque de Caxias era responsável por “apenas” 29 escolas. Interessante notar que no estudo de Jaime Abreu, em 1953, Duque de Caxias abrigava 18 escolas muni-



cipais (ABREU, 1955, p. 147), havendo indício portanto de um aumento não desprezível do número de escolas municipais no período 1953-1958.

As listas que José Lustosa apresenta sobre as escolas municipais, particulares e estaduais de Duque de Caxias contam com os nomes dos diretores em exercício, alunos matriculados e números de professores. Nos chama atenção assim o quantitativo de “alunos em Escolas Particulares subvencionadas pela prefeitura, bem como professoras servindo nas mesmas”: “2.188 alunos e 34 professoras”. (LUSTOSA, 1958, p. 127).

O total de alunos do Ensino Municipal em 1958 era de “7.801” alunos, contando com “168” professoras (incluindo os 2.188 alunos e 34 professoras de escolas particulares subvencionadas). Assim havia 5163 alunos e 134 docentes nas 29 escolas municipais (LUSTOSA, 1958, p. 127).

Ao comentar as visitas feitas em escolas da região, Lustosa relacionava as 29 escolas municipais mencionadas e, ainda, mais 2 escolas municipais – A Escola Tiradentes, que não foi reaberta após a “catástofre de Gramacho” (acreditamos que seja uma referência a enchentes ocorridas) e a Escola José Vieira, informando o nome da diretora e o funcionamento em 3 turnos, sem, contudo, explicar porque a mesma não foi mencionada na relação de escolas municipais.

Notamos ainda que, a partir das informações sobre as 29 escolas municipais em Duque de Caxias, podemos identificar onze escolas que funcionavam nos 3 turnos e duas com funcionamento em 2 turnos. Lustosa elogiava as escolas que possuíam boas instalações, descrevendo prédios, terrenos, laboratórios, divisão por salas, etc. Mas também denunciava e cobrava das autoridades ações de auxílio e atenção para com as escolas que apresentavam problemas de infraestrutura, falta de água, precárias instalações e condições de ensino e de higiene. Das 31 descrições de escolas municipais, identificamos apenas 8 como positivas e elogiosas às condições de funcionamento.

Assim, sobre a Escola Regina Tescaro Sampaio, por exemplo, Lustosa afirmava: “É bom que a administração pública se volte para o local, pois a Diretora e as professoras, que são capazes não podem trabalhar bem no lugar” (LUSTOSA, 1958, p. 146). Sobre a Escola Honório José Peixoto, localizada na Vila Leopoldina IV, o autor confiava que “providências já devem estar sendo tomadas, para melhorar um local, que não está apropriado para Escola” (LUSTOSA, 1958, p. 147). Uma das piores descrições é relativa a situação da Escola Barão Rio Branco, situada no Gramacho, que possuía 250 alunos, 3 professoras e funcionava nos 3 turnos:

Um salão com 36mts.² dividido em dois, com inconveniente para o aproveitamento dos alunos. Não tem água, nem muros em torno do imóvel, o que não impede que elementos desajustados, depredem às instalações. Não tem forro, não tem luz. Falta material em geral. Em tempos de chuva não há aula, porque a água invade o estabelecimento. Janelas quebradas, Um (sic) aparelho sanitário em estado de abandono. (LUSTOSA, 1958, p. 165).

As escolas estaduais, segundo Lustosa, eram cinco: Grupo Escolar Duque de Caxias, Grupo de Imbariê, Grupo Escolar Monte Castelo, Ginásio Ana Maria Gomes, Grupo Escolar Odilon Braga. O total de matrículas era de 4.213 alunos e 79 professores (LUSTOSA, 1958, p. 128). Porém, ao relatar visitas feitas às escolas, há menção ao Grupo Escolar



Gustavo Ombrust, “estadual”, com 340 alunos e 9 professores (LUSTOSA, 1958, p. 150), o que somaria 6 escolas estaduais. Esses dados corroboram o estudo de Jaime Abreu (1955) que apontava que a municipalidade arcava com número maior de matrículas do que o poder estadual no município. 101 escolas particulares são identificadas pelas denominações, diretores e auxiliares, números de professores e de alunos matriculados. O autor apresenta um relação de unidades de ensino, e números de alunos e professores (LUSTOSA, 1958, p. 131), conforme o quadro abaixo:

Figura 3. Tabela de rede escolar de Duque de Caxias, 1958

	Matrículas	Docentes	
Ensino municipal	7.801	Professoras no ensino municipal	168
		Professoras do ensino municipal em escolas subvencionadas	13
Ensino particular	15.645	Professores particulares	389
Ensino Estadual	4.213	Professores do Estado	79
Totais:	27.659		649

Fonte: Lustosa, 1958, p.131.

Nesse panorama da situação do ensino em Duque de Caxias, entre os elogios da ação municipal encontrados em Jaime Abreu e as críticas às condições das escolas localizadas no estudo de Lustosa, temos ainda os dados da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, datada de 1959, que aponta que de forma geral o ensino em Duque de Caxias apresentava-se da seguinte forma:

O ensino primário geral é ministrado em 62 estabelecimentos de ensino, sendo de administração: federal - 1; estadual - 6, dos quais 4 grupos escolares; municipal - 27; particular - 28. O ensino extraprimário conta com: Ginásios - 4; Escola Normal - uma; Escolas profissionais - 13; Ensino artístico - duas; Ensino agrícola - uma. 2 desses estabelecimentos são mantidos por organizações particulares (IBGE, 1959, p.258)

Notamos assim que entre avanços e recuos, com pouca concatenação entre as agências públicas e particulares, foram sendo engendradas as escolas no território de Duque de Caxias, com o desafio de atender a um grande contingente populacional. Certamente, o acesso à escola foi parte das lutas pela conquista de direitos naquela região que, como é possível inferir pela condição das escolas, carecia de condições de infraestrutura, saneamento, transporte, cidadania.

5. Nilópolis e a relevância social da escola na cena da cidade

No estudo de Jaime Abreu, Nilópolis era elogiado, na década de 1950, pela atuação da municipalidade em matéria educacional. Segundo o IBGE, Nilópolis era o município “de maior densidade demográfica”. Em 1950 a população recenseada era de 46.406 habitantes, com toda sua área considerada urbana. Em 1955 a população local era estimada em 51.837 habitantes (IBGE, 1959, p. 314): “Grande parte de sua população trabalha no Distrito Federal, entretanto florescem no município várias indústrias, notadamente

as de produtos alimentícios, do mobiliário e do vestuário. Não há atividade agrícola” (IBGE, 1959, p.314-315). Sobre os índices de alfabetização, temos que “das pessoas de 5 anos e mais recenseadas em 1950 (39.131), sabiam ler e escrever 15.696 homens e 13.686 mulheres, representando 75% de sua população dessas idades” (IBGE, 1959, p.315). A mesma fonte também apresenta os seguintes dados gerais sobre o ensino ao final da década de 1950:

O ensino primário é ministrado em 41 estabelecimentos, dos quais 3, incluindo 2 grupos escolares, mantidos pelo governo do Estado; 8 pela Prefeitura Municipal e 30, de entidades particulares. O ensino extra-primário conta com 23 estabelecimentos, todos de entidades particulares, dos quais ministram: Curso Ginasial – 3; Clássico e Científico – 2; Comercial – 1; Ensino Profissional – 18; Artístico – 3. (IBGE, 1959, p.315).

Nas investigações na imprensa iguaçuana a respeito da organização do ensino em Nilópolis, localizamos matérias e publicações de atos da Prefeitura no Jornal Correio da Lavoura. Os modos como o tema da educação são relatados no Jornal acenam sobre a grande valorização da função social da escola no território, que é uma dimensão instituinte do referencial teórico adotado (FARIA FILHO, BERTUCCI, 2009). Isto porque, além do mapeamento dos quantitativos e tipos de escolas existentes (como foi possível conhecer para Duque de Caxias), é necessário investigar quais são as expectativas sobre a função social da escola para a região estudada:

Logo após a sua emancipação (21 de agosto de 1947) a nova prefeitura começava a atuar na organização do ensino. Em 1948, através do Decreto n. 3, de 28 de abril, a prefeitura estabelecia as “subvenções ordinárias” aos “estabelecimentos de ensino e entidade recreativa” para as seguintes instituições, a serem pagas pela “Verba 384- Educação Publica- Serviços auxiliares”:

Instituto Filgueiras.....	Cr\$ 25.000,00;
Ginásio Profissional de Nilópolis	7.000,00
Educandário Vista Alegre	
(Sociedade Fluminense de Assistencia aos Lazaros)	5.000,00
Colégio Paroquial São José	4.000,00
Associação Espirita Seara de Jesús	4.000,00
Escola Amor e Obediencia	3.600,00
Banda de Música Lira Fluminense	1.400,00
(A PREFEITURA MUNICIPAL DE NILOPOLIS, 1948, p.7)	

Destacamos que o Instituto Filgueiras e o Ginásio Profissional de Nilópolis já existiam antes da emancipação de Nilópolis. As subvenções ordinárias são verbas públicas que são investidas no setor privado, ao invés de serem aplicadas no próprio setor público. Desse modo, a ação municipal priorizou a subvenção a particulares e não investiu tanto na construção do ensino público estatal.

Além das subvenções, é possível acompanhar a ação municipal na organização do quadro de pessoal. Em 1949, o prefeito de Nilópolis, João de Moraes Cardoso Júnior, criava, “na tabela numérica de extranumerários mensalistas, aprovada pelo Decreto n.9,



de 27 de dezembro de 1948, mais cinco (5) funções de Professor, dos Serviços Auxiliares de Educação Pública, com o salário de Cr\$ 900,00 (novecentos cruzeiros).” (PREFEITURA MUNICIPAL DE NILOPOLIS- DECRETOS, PORTARIAS, 1949, p.3).

Foram criadas em 1950 “mais doze (12) funções de Professor, dos Serviços Auxiliares de Educação Pública”, pelo decreto nº 21, de 26 de dezembro de 1949 (PREFEITURA MUNICIPAL DE NILOPOLIS, 1950, p.5) sendo mantido o mesmo valor de remuneração do ano anterior. Nesta matéria ainda é possível perceber a concessão de subvenções dadas às instituições de ensino municipais.

Admissões e licenças dos funcionários públicos eram publicados no Correio da Lavoura, funcionando o órgão como um tipo de Diário Oficial (D. O.). Assim, mesmo este semanário sendo mais diretamente ligado à Nova Iguaçu, continuou realizando publicações sobre os antigos distritos que se tornaram municípios emancipados.

Nesta direção é verificada a contratação de um “orientador de ensino” pela prefeitura de Nilópolis em janeiro de 1951. Azaléa Maldonado, na condição de funcionária “extranumerário mensalista” teria como salário o valor de “Cr\$ 2000,00 (dois mil cruzeiros)”, valor definido “de acordo com a tabela aprovada pelo Decreto n.40, de 30 de outubro de 1950” (PREFEITURA MUNICIPAL DE NILOPOLIS, 1951, p.2).

Além dos atos administrativos, a imprensa produzia reportagens minuciosas sobre comemorações realizadas nas escolas, que eram tidas como solenidades, como no caso do aniversário do Instituto Filgueiras:

(...) fez realizar um interessante programa comemorativo do seu segundo aniversário de instalação, a que assistiram muitos convidados, alunos e suas exmas. Famílias. A solenidade que se iniciou com o Hino Nacional, teve a presidi-la o Dr. Artur Gomes de Oliveira. Ouviram por essa ocasião os discursos do prof. Josué Gonçalves Filgueiras, diretor do estabelecimento de ensino e nosso distinto representante em Nilopolis, do dr. Artur Gomes Oliveira- representante da Loja Maçonica” União de Iguaçu” e do prof. Marilio Domingues, alusivo á data de 21 de abril. Houve números de declamação pelas alunas (..) de canto por um grupo de alunos, além de monólogos pelos alunos (...) número cômico pelos alunos (...). Encerrou-se a solenidade como se iniciara, com o Hino Nacional, causando boa impressão ás pessoas convidadas (NOTÍCIAS DE NILOPOLIS, 1944, p.2).

O detalhamento da matéria acima é um aspecto encontrado em outras matérias sobre as instituições escolares que permite inferir sobre a valorização da escola na cena pública da cidade, um equipamento que simbolizava o progresso, a civilidade, a urbanidade almejada. O Instituto Filgueiras teve constantemente seus aniversários publicados nas páginas do Correio da Lavoura.

As atividades cívicas ganharam muito espaço na escola e na própria sociedade. Observamos que as atividades da escola extrapolavam o espaço intramuros escolar, como podemos ver no programa de comemoração do Dia da Pátria realizada pelo Ginásio Profissional de Nilópolis:

Hasteamento da Bandeira Nacional ás 8 hs., formando todos os alunos, ás 17 hs., e desfile pelas ruas principais. Sessão cívica ás 18.30 hs., falando vários alunos e o diretor do estabelecimento sobre a Independencia. Depois, ás 19 hs., será coroada



a ‘Rainha dos Estudantes’ pelo exmo. Prof. Josué Gonçalves Filgueiras, a aluna do 5º ano primário Undine Ferreira de Melo (GINASIO PROFISSIONAL DE NILOPOLIS, 1945, p. 2).

Algumas dessas solenidades contavam com a presença do prefeito e também com “autoridades locais e do ensino estadual e municipal” (GINASIO PROFISSIONAL DE NILOPOLIS, 1944, p. 2), assim como nos os aniversários das escolas e em encerramento de ano letivo (INSTITUTO FILGUEIRAS, 1945, p. 2). Os cinemas das cidades também sediavam as festas escolares. Por exemplo, no “terceiro aniversário do Instituto Filgueiras” que foi realizado no “Cine Teatro Municipal” (O INSTITUTO FILGUEIRAS COMEMOROU COM ESPLENDOR, 1945, p. 3). Algumas das solenidades escolares também se estendiam ao ambiente religioso, como missas de ação de graças realizadas por parte de alunos que concluíam algum nível do ensino, ou aniversário de instituições escolares (RODRIGUES, 2016). Neste município também era comum que os alunos que obtivessem os primeiros lugares nas provas tivessem seus nomes publicados (NOTÍCIAS DE NILOPOLIS, 1944, p.5). Entendemos que ao mesmo tempo em que essas publicações poderiam servir de incentivo para os alunos, também serviam de propagandas das próprias escolas.

Pelo modo efusivo como os acontecimentos nas escolas são relatados, encontramos um pouco dos modos pelos quais escolarização e território iam se integrando. Assim, observamos a função social da escola extra-muros e sua relação com a sociedade e história local (FARIA FILHO, BERTUCCI, 2009), como já havia sido demonstrado em outros estudos sobre os modos como a educação comparece nas páginas do Correio da Lavoura (DIAS, 2014).

5.1 São João de Meriti e os desafios da história da educação local

O IBGE, em 1955, estimava a população de São João de Meriti em 85.410 habitantes (IBGE, 1959, p. 415), classificando-a toda como urbana, empregada principalmente no comércio e em atividades no Distrito Federal (IBGE, 1959, p. 415). Sobre os índices de alfabetização, temos que, em 1959 “Das 63.901 pessoas de 5 anos e mais recenseadas em 1950, sabiam ler e escrever 22.729 homens e 18.334 mulheres, representando 64% de sua população dessas idades” (IBGE, 1959, p.416).

Há informações também no livro de Arlindo de Medeiros (1958) que foi “encomendado pelo Prefeito da época, Domingos Correa da Costa, por motivo da comemoração dos dez anos da emancipação de São João de Meriti” (GUEDES; ESTEVES, 2016, p.3). Como podemos perceber, o livro de Medeiros, assim como o analisado sobre a cidade de Duque de Caxias (LUSTOSA, 1958), é uma edição comemorativa, que corresponde a características e interesses específicos do período.

Como uma das marcas dos memorialistas é a exaltação do passado, ressalta-se assim nesta obra apenas os aspectos positivos da história de São João de Meriti, sem a dimensão de processos e conflitos. Nesta direção vale salientar que o processo de emancipação foi registrado como se fosse uma consequência do incentivo proporcionado a partir da emancipação de Duque de Caxias:



Com a promoção de Duque de Caxias à condição de município independente, começou a fermentar em Vila Meriti, os primeiros sonhos de emancipação da terra que tem tanta tradição e que nos áureos tempos do Império já serviu de sede da Freguesia a toda vasta região (MEDEIROS,1958,p.48).

Enquanto para 1953, Jaime Abreu computava 32 escolas municipais e 12 estaduais de nível elementar em São João (ABREU, 1955, p.147), os dados referente à educação na obra de Medeiros (1958) informam, na seção “Aspectos Culturais”: “54 grupos escolares municipais e 2 estaduais; 2 estabelecimento de ensino secundário; 2 artísticos; Uma rádio emissora (em organização) e 1 jornal” (1958, p.64).

Apesar da diferença de números entre as fontes, os dados do IBGE, de 1959, também atestam o maior número de escolas municipais do que de escolas estaduais na oferta de ensino primário: “Há no município 32 estabelecimentos que ministram o ensino primário geral. Segundo a subordinação administrativa, são: Estaduais - 2; Municipais - 22; Particulares - 8. Os estabelecimentos estaduais são grupos escolares.” (IBGE, 1959, p.416). Sobre o ensino médio, os dados do IBGE de 1959 corroboram as informações de Abreu (1955) e Medeiros (1958), sobre a existência de 2 ginásios e 3 escolas profissionais (corte e costura e datilografia). (IBGE, 1959, p.416).

Ainda que o trabalho memorialístico de Arlindo Medeiros traga informações importantes sobre o cotidiano e a “vida social” do município de São João de Meriti, onze anos após sua emancipação, registramos as dificuldades, atualmente, de ter acesso aos jornais por ele mencionados que existiam na cidade, assim como os documentos oficiais da legislação municipal que ajudariam a mapear o desenvolvimento do grande número de instituições escolares do município. Consideramos importante destacar que as lacunas existentes na pesquisa devem-se as dificuldades existentes para encontrar os acervos escolares, legislativos, executivos e as ações legislativas municipais referentes às cidades pesquisadas, principalmente para o caso de São João de Meriti.

Nesse sentido, concluímos o presente artigo lembrando os desafios presentes nos estudos sobre a história local de regiões periféricas, como a Baixada Fluminense. Na ausência de arquivos públicos municipais, a pesquisa em relatórios, dados estatísticos e estudos de memorialistas é um recurso metodológico que auxilia a investigação sobre a constituição da rede de escolas, ainda que os dados apresentados não sejam considerados como expressão exata de uma dada realidade, mas como indícios de universos aproximados de informações. A imprensa local informa sobre as práticas escolares na cidade assim como as lutas e narrativas que significam a educação escolar para aquela sociedade.

O cruzamento das fontes permitiu, ora perceber o crescimento da rede de escolas, o predomínio de unidades escolares municipais, os investimentos feitos pelas administrações municipais em criação e subvenção de escolas, mas, também, a análise permite observar as críticas a condição das escolas, as dificuldades encontradas por docentes e a defasagem entre o número de matrículas e os índices de analfabetismo.

Ainda que na década de 1950 as administrações municipais dos três distritos recém emancipados fossem elogiadas na análise do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos sobre o sistema educacional fluminense (ABREU, 1955), os resultados apresentados no



cruzamento com outras fontes documentais revelam as insuficiências a falta de conexão entre as redes de ensino e os poderes competentes. De todo modo, a escola era considerada como elemento de organização da vida social e do almejado desenvolvimento dos municípios.

Referências

- A PREFEITURA MUNICIPAL DE NILOPOLIS. **Correio da Lavoura**, Nova Iguaçu, p. 7, 23. mai. 1948.
- ABREU, Jaime. **O Sistema Educacional Fluminense**. Uma tentativa de interpretação e crítica. MEC. INEP. CILEME, 1955.
- AZEREDO, Luiz de. Várias. **Correio da Lavoura**, Nova Iguaçu, p.1, 1947.
- DIAS, Amália. **Entre laranjas e letras: processos de escolarização no distrito-sede de Nova Iguaçu (1916-1950)**. Rio de Janeiro: Quartet: Faperj, 2014.
- ENNE, Ana Lucia Silva . Fluxos e interações da rede de memória e história na Baixada Fluminense. **Revista Pilares da História**. p. 37-52. Ano II - nº 02, mai 2003.
- FALCÃO, Rubens. **Novos Caminhos da educação Fluminense**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de; BERTUCCI, Liane Maria. Experiência e cultura: contribuições de E. P. Thompson par uma história social da escolarização. **Currículo Sem Fronteiras**, v.9, n.1, p.10-24, jan-jun. 2009. Disponível em: <http://www.Curriculosemfronteiras.org/artigos.htm>. Acesso em 15.mai.2016.
- GINASIO PROFISSIONAL DE NILOPOLIS. **Correio da Lavoura**, Nova Iguaçu, p. 2, 02.set.1945
- GINASIO PROFISSIONAL DE NILOPOLIS. **Correio da Lavoura**, Nova Iguaçu, p. 2, 4.dez.1944
- GUEDES; Andresa; ESTEVES, Ana Paula. A história da Baixada Fluminense pelos olhos de José Lustosa e Arlindo Medeiros (1958). In: SEMINÁRIO VOZES DA EDUCAÇÃO 20 ANOS: Memórias, Políticas e Formação Docente, 2016, *Anais...* São Gonçalo, RJ : UERJ, Faculdade de Formação de Professores, 2016. 3900p. ; pdf. -Disponível em :<http://www.congressovozes.com.br/ebook.pdf>. Acesso em 25.out.2016.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**. Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro. n. 1, Niterói, Rio de Janeiro, 1948.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. XXII Volume. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.
- INSTITUTO FILGUEIRAS. **Correio da Lavoura**, Nova Iguaçu, p.2, 30.dez.1945
- INSTRUÇÕES PARA CONCESSÃO DE MATRICULAS GRATUITAS. **Correio da Lavoura**, Nova Iguaçu, p.7, 18.jan.1948
- LUSTOSA, José. **Cidade de Duque de Caxias: desenvolvimento histórico do município - dados gerais**. 1958.
- MANIFESTO DE 25 de JULHO De 1940 In: **Revista Pilares da História**. Seção Transcrição. p. 55-56. Ano II. nº 3- Dez-2003.
- MEDEIROS, Arlindo de. **Memória histórica de São João de Meriti**. São João de Meriti, Rio de Janeiro. 1958.
- MUNICIPIO DE DUQUE DE CAXIAS. INSTALADA SOLENEMENTE A S'EDE DO NOVO MUNICIPIO FLUMINENSE. **Correio da Lavoura**, Nova Iguaçu, p.3, 09 jan.1944.
- NILOPOLIS PRESTOU EXCESSIVA HOMENAGEM AO SR.PREFEITO MUNICIPAL. **Correio da Lavoura**. Nova Iguaçu, p1, 21 nov.1943.
- NOTICIAS DE NILOPOLIS. **Correio da Lavoura**, Nova Iguaçu, p.5, 16. abril. 1944.



- NOTÍCIAS DE NILOPOLIS. **Correio da Lavoura**, Nova Iguaçu, p.2, 07. maio. 1944
- O INSTITUTO FILGUEIRAS COMEMOROU COM ESPLENDOR A PASSAGEM DO SEU TERCEIRO ANIVERSÁRIO DE FUNDAÇÃO. **Correio da Lavoura**, Nova Iguaçu, p. 5, 13. maio. 1945
- PREFEITURA MUNICIPAL DE NILOPOLIS- DECRETOS, PORTARIAS. **Correio da Lavoura**, Nova Iguaçu, p.3, 03. abr.1949 .
- PREFEITURA MUNICIPAL DE NILOPOLIS. **Correio da Lavoura**, Nova Iguaçu, p. 5, 09. abr. 1950
- PREFEITURA MUNICIPAL DE NILOPOLIS. **Correio da Lavoura**, Nova Iguaçu, p. 2 14. jan. 1951.
- REALIZAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL NO PRIMEIRO ANO DE SUA NOVA ADMINISTRAÇÃO. **Correio da Lavoura**, Nova Iguaçu, p.1-2, 26 mar. 1944.
- RODRIGUES, Angélica de Sá de Oliveira Bauer. **Emancipações políticas e história da educação: os sistemas municipais de Ensino na Baixada Fluminense (1943-1955)**; Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Duque de Caxias, 2016.
- SIMÕES, Manoel Ricardo. **Ambiente e Sociedade na Baixada Fluminense**. Editora Entorno. Mesquita, RJ: 2011.
- SIMÕES, Manoel Ricardo. **A Cidade estilhaçada**. Reestruturação Econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense. Mesquita: Entorno, 2007.
- SOARES, Josette de Campos. **Aquino de Araújo**. A escola que eu vi crescer. Rio de Janeiro: Gráfica e Editora Pantone, 2008, 256 pág..
- SÔBRE A CRIAÇÃO DE NOVOS MUNICÍPIOS. **Correio da Lavoura**, Nova Iguaçu, p.1, 25 maio 1947.
- SOLENE INSTALAÇÃO DA PREFEITURA DE NILOPOLIS. **Correio da Lavoura**, Nova Iguaçu, p.2, 24. ago. 1947.
- SOUZA, Marlúcia dos Santos. Memórias da emancipação de Duque de Caxias nos anos 40 e50. **Revista Pilares da História**, p. 37-53, Ano II. nº 3, Dez 2003.
- UM PREFEITO DEMOCRATA. **Correio da Lavoura**. Nova Iguaçu, p.2, 24 jun. 1945.

